

Demonstrações Financeiras

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.

Demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	4
Balanço patrimonial.....	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração da mutação do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório da Administração

A Administração da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (“ETAU” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas e do respectivo relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

A Companhia

Possuem o controle compartilhado da ETAU, por meio de acordo de acionistas: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”) – 75,6193%, DME Energética S.A. (“DME”) – 14,3807% e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“CEEE-GT”) – 10,0000%.

Desempenho Financeiro - R\$ mil	2019	2018
Receita operacional líquida	29.882	44.605
EBITDA	22.321	28.861
Margem EBITDA	74,70%	64,70%
Reconciliação do EBITDA		
Lucro do exercício	13.205	17.635
Resultado financeiro	2.341	2.168
Imposto de renda e contribuição social	6.774	9.057
Depreciação	1	1
EBITDA	22.321	28.861

EBITDA - É o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa um fluxo de caixa para os exercícios apresentados, e não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho. O EBITDA apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Companhia entende que alguns investidores usam o EBITDA como um indicador de seu desempenho operacional.

Perfil do endividamento - R\$ mil	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	5.849	14.644
Não circulante	11.621	17.155
Dívida bruta	17.470	31.799
(-) Equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e depósitos vinculados	(9.661)	(12.949)
(=) Dívida líquida	7.809	18.850
Dívida líquida/EBITDA	0,35	0,65

Dívida líquida - A dívida líquida não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não possui um significado-padrão, nem pode ser comparável a medidas semelhantes fornecidas por outras companhias, tampouco é uma medida de fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento da dívida. A dívida líquida representa o somatório de empréstimos e financiamentos e debêntures do passivo circulante e do passivo não circulante, menos os equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, depósitos vinculados e outros investimentos. A dívida líquida apresentada é utilizada pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Companhia entende que alguns investidores usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho.

Governança Corporativa

No intuito de fornecer informações aos seus acionistas com agilidade, qualidade e transparência, a Companhia possui um Conselho de Administração, constituído desde o início de suas atividades, que é composto por membros efetivos e suplentes representantes de seus acionistas, com o objetivo de estabelecer as diretrizes fundamentais para a Companhia, verificar e acompanhar sua execução.

A Taesa realiza atividades de “back-office” para atividades administrativas da ETAU e implanta na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões em que o Grupo Taesa administra.

Política de Qualidade

A ETAU, respaldada pela Alta Administração, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da Companhia o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionados à execução dos serviços de operação e manutenção de linhas de transmissão de energia elétrica.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia e com a opinião dos auditores independentes da Companhia expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. (“EY Brasil”) para prestar serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 pelo valor de R\$107 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Building a better
working world

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC-1RJ101080/O-0

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>		Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativos				Passivos			
Ativos Circulantes				Passivos Circulantes			
Equivalentes de caixa	4	1.487	66	Fornecedores		1.373	2.103
Títulos e valores mobiliários	5	8.174	12.883	Empréstimos e financiamentos	10	5.849	4.609
Contas a rec. de concessionárias e permissionárias		4.488	5.003	Debêntures	11	-	10.035
Ativo de contrato de concessão	6	22.379	30.760	Taxas regulamentares		1.759	1.632
Impostos e contribuições sociais		85	78	Impostos e contribuições sociais		5.219	5.291
Outras contas a receber		206	319	Dividendos a pagar	9	132	176
Total dos Ativos Circulantes		<u>36.819</u>	<u>49.109</u>	Outras contas a pagar		340	871
				Total dos Passivos Circulantes		<u>14.672</u>	<u>24.717</u>
Ativos Não Circulantes				Passivos Não Circulantes			
Depósitos judiciais		287	414	Empréstimos e financiamentos	10	11.621	17.155
Contas a rec. de concessionárias e permissionárias		264	264	Impostos e contribuições diferidos	7	16.686	16.246
Impostos e contribuições sociais		-	25	Tributos diferidos	8	5.647	6.335
Ativo de contrato de concessão	6	95.275	103.388	Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis	12	364	552
Intangível		2	3	Outras Contas a Pagar		896	1.019
Outras Contas a receber		102	70	Total dos Passivos não Circulantes		<u>35.214</u>	<u>41.307</u>
Total dos Ativos Não Circulantes		<u>95.930</u>	<u>104.164</u>	Total dos Passivos		<u>49.886</u>	<u>66.024</u>
				Patrimônio Líquido			
				Capital social		34.895	34.895
				Reserva de lucros		34.895	34.895
				Dividendos adicionais propostos		13.073	17.459
				Total do Patrimônio Líquido	14	<u>82.863</u>	<u>87.249</u>
Total dos Ativos		<u>132.749</u>	<u>153.273</u>	Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido		<u>132.749</u>	<u>153.273</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	2019	2018
Receita operacional líquida	18	29.882	44.605
Pessoal		(23)	-
Serviços de terceiros		(5.662)	(5.049)
Material		(692)	(9.418)
Outras receitas (custos) operacionais, líquidas		128	191
Custos operacionais	19	(6.249)	(14.276)
Lucro bruto		23.633	30.329
Pessoal		(95)	(82)
Serviços de terceiro		(1.158)	(1.219)
Depreciação e amortização		(1)	(1)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(59)	(167)
Despesas administrativas	19	(1.313)	(1.469)
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas dos impostos e das contribuições		22.320	28.860
Receitas financeiras		594	723
Despesas financeiras		(2.935)	(2.891)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	20	(2.341)	(2.168)
Lucro antes dos impostos e das contribuições		19.979	26.692
Imposto de renda e contribuição social correntes		(6.334)	(6.499)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(440)	(2.558)
Imposto de renda e contribuição social	13	(6.774)	(9.057)
Lucro líquido do exercício		13.205	17.635
Lucro por ação ordinária – básico e diluído (em R\$)	17	0,37842	0,50537

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo
em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	13.205	17.635
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	13.205	17.635

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
			Legal	Especial			
Saldos em 31 de dezembro de 2017		34.895	6.979	27.916	14.523	-	84.313
Dividendos adicionais aprovados		-	-	-	(14.523)	-	(14.523)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	17.635	17.635
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(176)	(176)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	17.459	(17.459)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	14	34.895	6.979	27.916	17.459	-	87.249
Dividendos adicionais aprovados		-	-	-	(17.459)	-	(17.459)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	13.205	13.205
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(132)	(132)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	13.073	(13.073)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	14	34.895	6.979	27.916	13.073	-	82.863

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		13.205	17.635
Itens de resultado que não afetam o caixa:			
(Reversão) provisão de riscos trabalhistas e cíveis	12	(48)	40
Remuneração do ativo de contrato de concessão	6 e 18	(12.220)	(12.856)
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	6 e 18	(3.059)	(9.464)
Depreciação e Amortização		1	1
Receita de Construção	6 e 18	174	(9.534)
Receita de aplicação financeira	20	(594)	(723)
Custo de construção		(157)	8.651
Juros e variações monetárias – Financiamento	10 e 20	1.841	1.606
Juros e variações monetárias líquidas – Debêntures	11 e 20	613	700
Tributos diferidos		(688)	467
Imposto de renda e contribuição social	13	6.774	9.057
		<u>5.842</u>	<u>5.580</u>
Variação de ativos e passivos:			
Redução (aumento) no contas a receber de concessionárias e permissionárias		515	(583)
Baixa do ativo de contrato de concessão, líquidos		31.599	29.902
(Aumento) nos impostos e nas contribuições sociais ativos, líquido dos passivos		(247)	(276)
Redução outras contas a receber e depósitos judiciais		208	33
(Redução) nos fornecedores		(573)	(7.296)
Aumento nas taxas regulamentares		127	237
(Redução) aumento nas outras contas a pagar		(793)	788
		<u>30.836</u>	<u>23.388</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>36.678</u>	<u>28.968</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(6.142)</u>	<u>(5.155)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>30.536</u>	<u>23.813</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Redução (aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários		5.303	(8.138)
Redução nos depósitos vinculados		-	4.157
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		<u>5.303</u>	<u>(3.981)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de novos empréstimos	10	-	10.273
Pagamento de debêntures – Principal	11	(10.000)	-
Pagamento de debêntures – juros	11	(648)	(688)
Pagamento de financiamentos – principal	10	(4.526)	(4.971)
Pagamento de financiamentos – juros	10	(1.609)	(1.204)
Pagamento de dividendos	9	(17.635)	(26.061)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento		<u>(34.418)</u>	<u>(22.651)</u>
Aumento (redução) líquida nos equivalentes de caixa		<u>1.421</u>	<u>(2.819)</u>
Saldo inicial de equivalentes de caixa	4	66	2.885
Saldo final de equivalentes de caixa	4	1.487	66
Aumento (redução) líquida nos equivalentes de caixa		<u>1.421</u>	<u>(2.819)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (“ETAU” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 7 de maio de 2002, que tem por objeto social a construção, a implantação, a operação e a manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica denominada Campos Novos/Santa Marta de 230 kV, bem como das subestações de Lagoa Vermelha 2 - RS e Barra Grande - SC e das entradas de linhas e instalações associadas a estas, localizadas nas subestações de Santa Marta - RS e Campos Novos - SC, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 002/2002, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 18 de dezembro de 2002, a Companhia assinou com a ANEEL, o contrato de concessão nº 082/2002 para construção, operação e manutenção da linha de transmissão pelo prazo de 30 anos. A linha de transmissão de 230 kV tem extensão aproximada de 188 km, com origem na subestação de Campos Novos - SC e término na subestação de Santa Marta - RS, fazendo parte do Sistema Interligado Nacional - SIN. A construção da linha de transmissão foi iniciada no exercício de 2002 e concluída em 24 de julho de 2005.

Controladores - Possuem o controle compartilhado da Companhia, por meio de acordo de acionistas: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”), DME Energética S.A. (“DME”) e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“CEEE-GT”).

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e foram aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2020.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas na gestão da Companhia.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Ativo de contrato de concessão - A Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo de contrato.

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo de contrato se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato de concessão é registrado em contrapartida a receita de construção, que é reconhecida com base nos gastos incorridos na implementação da infraestrutura de transmissão.

A taxa aplicada ao ativo de contrato de concessão é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato de concessão é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. Devido ao motivo da Companhia ter sido adquirida em fase de operação, a taxa de desconto considerada foi a da época da aquisição.

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

b) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

c) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos – São registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

passivos e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

e) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

2.5. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão – CPST.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Reconhecimento de receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; (iii) quando houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido no contrato de concessão. As correções monetárias são calculadas com base no Índice Geral Preços de Mercado – IGP-M.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

3.2. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias sobre dívidas.

3.3. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (“impairment”) - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.4. Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.5. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de competência das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

3.6. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

3.7. Demonstração dos fluxos de caixa ("DFC")

A Companhia classifica na DFC os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

3.8. Normas e interpretações novas e revisadas

3.8.1. Novas normas aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2019:

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil

A Companhia não possui contratos de arrendamento mercantil, portanto, não houve efeito oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras.

ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza.

A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda e avaliou se a Interpretação teve impacto em suas demonstrações financeiras.

A Companhia determinou, com base em seu estudo de conformidade tributária, que é provável que seus tratamentos fiscais serão aceitos pelas autoridades fiscais. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017

- CPC 32 - Tributos sobre o Lucro

As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não prevêem a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras.

- CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos

As alterações esclarecem que a entidade deve tratar como parte dos empréstimos em geral qualquer empréstimo que tenha sido contraído originalmente para desenvolver um ativo qualificável quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para uso ou venda forem concluídas.

A entidade aplica estas alterações aos custos de empréstimos incorridos a partir do início do período anual em que a entidade aplica essas alterações pela primeira vez. A entidade aplica estas alterações a períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2019. Como a prática atual da Companhia está alinhada a essas alterações, não houve nenhum impacto sobre suas demonstrações financeiras.

3.7.2. Norma emitida, mas ainda não vigente até a data das demonstrações financeiras da Companhia:

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos	1.487	66

Equivalentes de caixa são depósitos bancários à vista, operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2019	31/12/2018
Investimento em cotas de fundos – “Pampulha” – Ativo circulante	8.174	12.883
Taxa de rentabilidade anual acumulada	103,08% do CDI	102,65% do CDI

Fundo de investimento FIC de FI Pampulha - Fundo não exclusivo, administrado e gerido pela BNP PARIBAS Asset Management, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

6. ATIVO DE CONTRATO DE CONCESSÃO

Linha de transmissão	31/12/2018	Adição (b)	Remu- neração	Correção Monetária	Recebimento	31/12/2019
Campos Novos / Santa Marta	134.148	(174)	12.220	3.059	(31.599)	117.654
Circulante	30.760					22.379
Não Circulante	103.388					95.275

Linha de transmissão	Adoção inicial do CPC47	Adianta- mento (a)	Adição (b)	Remuneração	Correção Monetária	Recebim- ento	31/12/2018
Campos Novos / Santa Marta	132.779	(473)	9.534	12.856	9.464	(30.012)	134.148
Circulante	27.539						30.760
Não Circulante	105.240						103.388

(a) Adiantamentos a fornecedores referentes aos custos ainda não incorridos na construção e, portanto, ainda não constituem custo de construção. Ao incorrer nos custos, os adiantamentos são compensados.

(b) A principal adição está relacionada ao reforço:

Localização	Descrição	Ato legislativo	RAP	Custo de construção estimado (Capex Aneel)	Posição Atual	REIDI (*)
SE Lagoa Vermelha II	Implantação Banco de Capacitor 230 kv-50MVA	REA nº 6.281 (altera o anexo I da REA 6.027 em 11/04/2017) - DOU em 17/04/2017.	R\$1.507	R\$10.272	Entrou em operação comercial em 16/09/2018.	Portaria MME nº 217 de 07/11/2016, e ADE da RFB nº60, de 13/03/2017 - D.O.U de 15/03/2017.

(*) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura.

- Principais características dos contratos de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

reajustado e revisado anualmente. A partir do 16º ano de operação comercial, o faturamento anual de operação, manutenção e construção da transmissora será de 50% do 15º ano de operação comercial (a partir de abril de 2020), estendendo-se até o término do prazo final da concessão.

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento da transmissora.

Aspectos ambientais - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Estrutura de formação da RAP – A Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

• Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Ciclo 2019-2020			Ciclo 2018-2019			Ciclo 2017-2018		
Resolução nº 2.565 de 25/06/2019 Período: de 01/07/2019 a 30/06/2020			Resolução nº 2.408 de 28/06/2018 Período: de 01/07/2018 a 30/06/2019			Resolução nº 2.258 de 30/06/2017 Período: de 01/07/2017 a 30/06/2018		
RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total
50.913	(1.578)	49.335	48.001	(1.960)	46.041	46.039	(2.207)	43.832

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

	31/12/2019	31/12/2018
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias – ativo	821	929
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias – passivo (*)	(17.507)	(17.175)
Efeito líquido no balanço - passivo - IRPJ e CSLL – passivo	(16.686)	(16.246)

(*) Valores substancialmente relacionados à aplicação do CPC 47.

Expectativa de realização do IRPJ e CSLL diferidos ativos	2020	2021	2022	TOTAL
Diferenças temporárias	355	233	233	821

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2019	31/12/2018
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS – Passivo (*)	5.647	6.335

(*) Valores referentes à aplicação do CPC 47.

9. PARTES RELACIONADAS

I – Outras contas a receber – OCR e Outras contas a pagar – OCP.

a) Ativos e receitas

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas						
R E F	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
<u>Transações com empresas ligadas</u>						
1	OCR x Reembolso de custos de compartilhamento de instalações - STC	R\$3 Valor mensal	De 16/11/2006 até a extinção da concessão de uma das partes	Juros de 12% a.a. + multa de 2% a.a./ Atualização anual pelo IGP-M	Pode ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal	Não houve.

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

REF	Contratos e outras transações	Ativo		Receitas	
		31/12/2019	31/12/2018	2019	2018
1	OCR x Reembolso de custos de CCI - STC	13	6	75	68

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

b) Passivos e despesas

REF	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
-----	--	----------------	-------------------------------	--------------------------------------	--	-------------------------------

Transações com Controladores

1	OCP x Serviço de terceiros - "back-office" - Taesa	R\$69 Valor mensal	09/07/2018 a 09/07/2023	Multa de 2% a.m / Atualização anual pelo IGP-M	Pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento, na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.	Foi celebrado acordo para regularização de continuidade do pagamento em 23 de janeiro de 2018. o presente acordo teve validade a partir do final da vigência do contrato anterior, até a anuência da ANEEL ao pedido de renovação contratual.
2	OCP x Serviço de terceiros - Serviços de engenharia do proprietário e gerenciamento de obra - Taesa	R\$68 Valor mensal	04/10/2017 a 04/07/2018	Juros de 1% a.m + Multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M	Não houve.	Contrato encerrado em 04/04/2018.
3	OCP x - reembolso de despesas e outros - Taesa	R\$14	N/A	N/A	N/A	Houve uma emergência na ETAU, onde ocorreu queda de torres, e a TAESA cedeu mão de obra e recursos necessário para realização da manutenção, gerando um reembolso ETAU X Taesa.
4	OCP x Serviço de terceiros - O&M - CEEE GT	R\$208 Valor mensal	23/06/2019 a 23/06/2021	Juros de 1% a.m + multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M	O descumprimento de qualquer prazo, disposição ou avença estabelecidos no contrato, que perdure por 30 dias após a sua notificação por escrito à contratada; A prática de qualquer ato que possa acarretar o cancelamento definitivo do contrato de concessão da contratante perante a ANEEL; A dissolução ou liquidação ou a omissão em impugnar um pedido de falência feito contra a contratante dentro do período estabelecido em lei.	O serviço de transmissão de dados esta incluso.
5	OCP x Serviço de terceiros - fiscalização - CEEE GT	R\$78 Valor mensal	De janeiro de 2018 até emissão do termo de aceitação definitiva do empreendimento	Juros de 1% a.m. e multa moratória de 2% / Atualização anual pelo IGPM	O inadimplemento por qualquer das partes, de obrigação estabelecidas, não sanadas no período de 30 dias contados da notificação emitida pela parte prejudicada; falência ou processo de recuperação judicial, decretada ou homologada, de qualquer das partes.	A contratada responderá pelos danos causados diretamente a contratante ou à terceiros, decorrente de culpa e dolo comprovados na execução das atividades inerentes ao contrato.
6	OCP x Serviço de terceiros - Reembolso de custos e outros Serviços de engenharia - CEEE GT	N/A	Janeiro e fevereiro de 2018	Não há taxa de juros e atualização monetária	Não Houve.	Serviço de engenharia não previstos e reembolso de custos.
7	OCP x Serviço de terceiros - CCI - CEEE GT	10 Valor anual	De 15/04/2005 até a extinção da concessão de uma das partes	Juros de 12% a.a + multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M	Pode ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.	Não houve.

Transações com empresas ligadas

8	OCP x Serviço de terceiros - Serviços de operação e manutenção - Eletrosul	R\$59 Valor mensal	23/06/2014 a 23/06/2018	Juros de 1% a.m + multa de 2% / taxa de juros / Atualização anual pelo IGP-M/Junho	O descumprimento de qualquer prazo, disposição ou avença, que perdure por 30 dias após a sua notificação por escrito à contratada; A prática de qualquer ato que possa acarretar o cancelamento definitivo do contrato de	Com a venda da participação da Eletrobrás na Etau, ficou acordado entre as partes contratadas que o contrato vencido em 23/06/2018 não seria renovado e que a prestação de serviços seria encerrada após a conclusão do processo de transferência
---	--	--------------------	-------------------------	--	---	---

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

					concessão da contratante perante a ANEEL.	das ações. O serviço foi prestado até 30/09/2019.
9	OCP x Serviço de terceiros - Comunicação multimídia – Eletrosul	R\$ 5 Valor mensal	23/12/2005 a 23/12/2020	Juros de 1% a.m + multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-DI	Pode ser rescindido por comum acordo das partes, mediante aviso prévio de 180 dias; em caso de extinção da concessão/autorização de qualquer das partes, por determinação legal; por uma das partes, caso a outra parte venha a descumprir as condições definidas no referido contrato	Não havendo manifestação entre as partes até o prazo máximo de 180 dias corridos antes de expirado o período contratual, o contrato fica automaticamente renovado por igual período.
10	OCP x Outros custos operacionais - aluguel de imóvel - Eletrosul	R\$ 2 Valor mensal	01/11/2014 Renovação anual	Multa de 2% + Juros de mora de 1% / Atualização anual pelo IGP-M	Não houve.	Não houve.
11	Outras contas a pagar x Serviço de terceiros - Serviços de Compartilhamento de Instalações (CCI) – Eletrosul x ETAU	R\$ 8 Valor anual contratual não corrigido	04/10/2004 até a extinção da concessão de uma das partes	Juros 1% a.m + multa de 2%, calculados “pro rata die” / Atualização anual pelo IGP-M	Não houve.	Caso uma das partes não possa cumprir qualquer de suas obrigações, em decorrência de caso fortuito ou força maior, o presente contrato CCI permanecerá em vigor.
12	OCP x - reembolso de despesas e outros - Eletrosul	N/A	N/A	N/A	N/A	Serviços administrativos não contemplados no termo de permissão de uso com a Eletrosul.

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

REF	Contratos e outras transações	Passivo		Custos / Despesas	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
1	Back office - Taesa	76	69	899	837
2	Serviços de engenharia - Reforço Banco de Capacitores - Taesa	-	368	-	781
3	Reembolso de despesa e outros serviços – Taesa	29	14	-	-
4	Transmissão de dados - CEEE GT	-	19	235	199
4	O&M - CEEE GT	-	209	2.892	2.678
5	Serviço de fiscalização - Montagem Eletromecânica SE LV - CEEE GT	-	-	-	755
6	Reembolso de custos e outros serviços de engenharia - CEEE GT	-	-	65	53
7	Taxa de conservação (CCI) - CEEE GT	-	-	-	20
8	O&M – Eletrosul (*)	-	373	-	849
9	Comunicação multimídia – Eletrosul (*)	-	10	-	121
10	Aluguel de imóvel – Eletrosul (*)	-	2	-	14
11	Contrato de CCI – Eletrosul (*)	-	-	-	17
12	Reembolso de despesa – Eletrosul (*)	-	-	-	5
		105	1.064	4.091	6.329

(*) A Taesa e a DME adquiriram a participação da Eletrobrás na ETAU em 29 de abril de 2019 (vide nota explicativa 14), desta forma a Eletrosul deixou de ser uma empresa ligada à ETAU.

II – Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2018	Dividendos pagos	Dividendos obrigatórios e adicionais	Outras Movimentações (*)	31/12/2019
Dividendos a pagar à Taesa	92	(13.335)	13.303	40	100
Dividendos a pagar à Eletrobrás	48	-	-	(48)	-
Dividendos a pagar à DME	18	(2.536)	2.529	8	19
Dividendos a pagar à CEEE – GT	18	(1.764)	1.759	-	13
	176	(17.635)	17.591	-	132

(*) A Taesa e a DME adquiriram a participação da Eletrobrás na ETAU em 29 de abril de 2019 (vide nota explicativa 14), desta forma a Eletrosul deixou de ser uma empresa ligada à ETAU.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Pagamento de dividendos	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Data de pagamento	Valor	Valor por ação ON
Obrigatórios e Adicionais	2018	30/04/2019	AGO	26/06/2019	17.635	0,50534
					<u>17.635</u>	

III - Remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração

Proporção da remuneração total	2019	2018
Diretoria - remuneração fixa	100%	100%
Conselho de Administração (não há remuneração)	-	-

Valores reconhecidos no resultado – Diretoria	2019	2018
Remuneração	29	184

Em 01 de março de 2019, o Diretor técnico Sr. Nelson Gravino, renunciou ao cargo que permaneceu vago até 28 de novembro de 2019 quando o Sr. Marcelo Dias Loichate assumiu o cargo.

10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E NOTAS PROMISSÓRIAS

Características do Financiamento							
Financiador	Data de assinatura	Tipo	Valor contratado	Valor liberado	Vencimento	Encargos financeiros anuais	Parcelas a vencer
BNDES Finame Alston	21/12/2015	CCB-subcrédito A	238	228	15/01/2021	Taxa fixa 9,5%a.a	13
BNDES Finame Toshiba	21/12/2015	CCB-subcrédito A	2.833	2.687	15/01/2021	Taxa fixa 9,5%a.a	13
BNDES Automático	26/07/2016	CCB-subcrédito A	7.566	7.210	15/08/2021	TJLP + 5,20%a.a	20
BNDES Automático	26/07/2016	CCB-subcrédito B	6.053	5.768	15/08/2021	SELIC + 3,76%a.a	20
BNDES Giro	19/07/2018	CCB-subcrédito A	10.273	10.273	15/08/2023	TLP + 2,78%a.a	36

Movimentação dos financiamentos						
Financiador	31/12/2018	Juros e variações monetária	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2019	
BNDES - Automático (a)	9.353	808	(573)	(3.554)	6.034	
BNDES - Finame Alston (a)	160	10	(11)	(76)	83	
BNDES - Finame Toshiba (a)	1.872	130	(132)	(896)	974	
BNDES -Giro	10.379	893	(893)		10.379	
Total	21.764	1.841	(1.609)	(4.526)	17.470	
Circulante	4.609				5.849	
Não circulante	17.155				11.621	

(a) Os recursos foram captados com o objetivo de financiar a construção de novos reforços na subestação de Lagoa Vermelha II.

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	2021	2022	2023	Não circulante	Total
TLP	1.248	3.424	3.424	2.283	9.131	10.379
URTJ	1.852	1.226	-	-	1.226	3.078
SELIC	1.773	1.183	-	-	1.183	2.956
Taxa Fixa	976	81	-	-	81	1.057
Total	5.849	5.914	3.424	2.283	11.621	17.470

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Todos os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas “covenants” não financeiras de vencimento antecipado durante a vigência dos respectivos contratos.

O financiamento junto ao BNDES Automático possui a seguinte cláusula restritiva financeira de vencimento antecipado durante a vigência do respectivo contrato: (i) a razão entre a “dívida líquida” e “EBITDA” deverá ser menor ou igual a 3,0x durante a vigência do contrato; e (ii) o “índice de cobertura do serviço da dívida – ICSD” deverá ser maior ou igual a 1,3x durante a vigência do contrato. A periodicidade dos cálculos é anual.

Em 31 de dezembro de 2019, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

11. DEBÊNTURES

Financiador	Movimentação de debêntures				
	31/12/2018	Juros e custos de captação (*)	Amortização do Principal	Juros pagos	31/12/2019
BNP Paribas -1ª emissão	10.035	613	(10.000)	(648)	-
Circulante	10.035				-
Não circulante	-				-

(*) A amortização dos custos de emissão de debêntures foi de R\$16 em 31 de dezembro de 2019 (R\$16 em 31 de dezembro de 2018).

Características das debêntures	
Data da emissão	1º de dezembro de 2014.
Emissão/preço	Foram emitidas 1.000 com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo um valor total de R\$10.000.
Conversibilidade	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.
Espécie	Quirografária.
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
Garantias	Não há garantias.
Repactuação	Não há cláusulas de repactuação.
Prazo e data de vencimento	5 (cinco) anos (1º de dezembro de 2019).
Remuneração	108% (cento e oito por cento) do CDI.
Data de pagamento dos juros	Semestralmente, no dia 1º dos meses de junho e dezembro de cada ano. O primeiro pagamento foi realizado em 1º de junho de 2015 e o último em 29 de novembro de 2019.
Prazo de amortização	Parcela única no vencimento da operação (1º de dezembro de 2019).
Data de aprovação em AGE	12 de novembro de 2014.
Outras informações	Os recursos provenientes dessa emissão de debêntures foram transferidos para a Companhia no dia 10 de dezembro de 2014, totalizando R\$10.032 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi de R\$78, representando 0,78% dos recursos captados.

Em 29 de novembro de 2019 foi realizada a liquidação da Debêntures no valor total de R\$ 10.000.

12. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões fiscais, aspectos cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia constituiu provisão para riscos cíveis, referentes à faixa de servidão, e trabalhistas, que envolvem discussão de reclamação de adicional de periculosidade e verbas rescisórias, em montantes considerados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A Companhia possui depósitos judiciais relativos a estas ações no valor de R\$74.

	31/12/2018	Adições	Baixa	Reversões	31/12/2019
Provisões para Riscos Cíveis	334	18	(139)	(97)	116
Provisões para Riscos Trabalhistas	218	30	-	-	248
	552	48	(139)	(97)	364

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2019, com base na opinião dos consultores jurídicos externos, o montante de causas com risco de perda classificados como possível era de R\$35, sendo R\$ 15 referentes a contingências cíveis e R\$20 a contingências tributárias, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Em 31 de Dezembro de 2018 o montante era de R\$132, sendo R\$ 46 de cíveis e R\$ 86 tributárias.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2019	2018
Imposto de renda e contribuição social correntes	(6.334)	(6.499)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(440)	(2.558)
	(6.774)	(9.057)

Correntes - Calculados sobre o lucro líquido com base regime tributário do lucro real.

Diferidos - Registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil, incluindo-se os ajustes decorrentes das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14.

Conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL – Lucro Real	2019	2018
Lucro antes dos impostos	19.979	26.692
Despesa de imposto de renda e contribuição social - alíquota de 34%	(6.793)	(9.075)
Outros	19	18
Despesa de imposto de renda e contribuição social - resultado	(6.774)	(9.057)
Alíquota efetiva	34%	34%

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social – Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social subscrito e integralizado era de R\$34.895, representado por 34.895.364 (trinta e quatro milhões oitocentas e noventa e cinco mil trezentas e sessenta e quatro) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço de R\$1,00 (um real) por ação.

Composição acionária (*)	2019		2018	
	Quantidade de ações ordinárias integralizadas	Capital integralizado (%)	Quantidade de ações ordinárias integralizadas	Capital integralizado (%)
Taesá	26.387.488	75,6189	18.349.309	52,5838
Eletrobrás	-	-	9.566.983	27,4162
DME	5.018.340	14,3811	3.489.536	10,0000
CEEE-GT	3.489.536	10,0000	3.489.536	10,0000
Total	34.895.364	100,0000	34.895.364	100,0000

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

(*) Titulares de ações ordinárias têm direito a um voto por ação nas Assembleias Gerais.

A Taesa e a DME se sagraram vencedoras do lote N do Leilão Eletrobrás nº 01/2018 no qual foi adquirida a participação societária detida pela Eletrobrás de 27,4162% na ETAU, na proporção de 23,0355% para a Taesa e 4,3807% para DME, que optaram por exercer seu direito de preferência, na forma do acordo de acionistas da ETAU, sobre a integralidade da participação acionária detida pela Eletrobrás.

Em 29 de abril de 2019 a Taesa e a DME concluíram as aquisições da participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobrás") na ETAU. Desta forma, a Taesa passou a ser titular de 75,6189% e a DME 14,3811% do capital social total e votante da ETAU.

Reserva de lucros: (a) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia não constituiu Reserva legal, pois o saldo desta reserva estava no limite de 20% do capital social e (b) Reserva especial - constituídas com todo ou parte do lucro remanescente com a finalidade de suportar o orçamento anual ou plurianual de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, que delibera sobre as demonstrações financeiras do exercício.

Remuneração dos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 1%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Destinação do lucro do exercício

	31/12/2019	31/12/2018 (*)
Lucro líquido do exercício	13.205	17.635
Dividendos obrigatórios (1%)	(132)	(176)
Dividendos adicionais propostos	(13.073)	(17.459)

(*) Ratificada pelo AGO de 30 de abril de 2019.

15. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Possui cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto, e mantém apenas seguros em relação aos danos em seus equipamentos acima de R\$500, galpões e estoques. Esse fato é uma consequência das coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Tipo de Seguro	Seguradora	Vigência	Limite Máximo de Indenização	Danos Materiais - Valor em risco	Prêmio
Responsabilidade civil geral	Chubb Seguros do Brasil	20/09/2019 a 19/09/2020	10.000	-	2
Risco operacional	Mapfre Seguros	02/12/2019 a 01/06/2021	-	14.680	21
Responsabilidade civil de diretores e administradores	Zurich Seguradora	19/09/2019 a 18/09/2020	15.000	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração referentes ao risco de mercado (risco de taxa de câmbio, juros e outros riscos operacionais), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

16.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos e debêntures, deduzidos pelos equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, depósitos vinculados e patrimônio líquido.

16.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado:		
- Títulos e valores mobiliários	8.174	12.883
Custo amortizado:		
- Bancos	1.487	66
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	4.752	5.267
	14.413	18.216
Passivos financeiros		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	1.373	2.103
- Empréstimos e financiamentos	17.470	21.764
- Debêntures	-	10.035
- Rateio de antecipação e Parcela de ajuste	896	1.019
	19.739	34.921

16.4. Risco de mercado

16.4.1 Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada mensalmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

16.4.2. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos e passivos estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Índices	31/12/2019	Cenário provável em 31/12/2020
CDI/SELIC (a)	5,94%	4,25%
URTJ (b)	5,57%	5,09%

(a) Divulgado pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 06 de março de 2020 – Fonte externa independente.

(b) A Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP utilizada no cenário provável foi estimada com base na taxa divulgada no "site" do BNDES, obtida no dia 06 de março de 2020 – Fonte externa independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2019	Efeito provável no LAIR – janeiro a dezembro de 2020 - aumento (redução)
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras e Títulos e valores mobiliários	8.174	(138)
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos e debêntures		
- TJLP	3.078	15
- CDI/SELIC	2.956	50
		(73)

16.5. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é limitado pois as contrapartes em que tais instrumentos são mantidos são instituições financeiras que atendem a política de investimento da Companhia, cujo risco de crédito é avaliado com base na classificação das principais agências de "rating", índice de Basileia e patrimônio líquido.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações a receber de concessionárias e permissionárias, o ativo de contrato de concessão e o ativo financeiro de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária – CFB.

As principais vantagens desse mecanismo de proteção são: (a) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todas as transmissoras; (b) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (c) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissoras e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

16.6. Gestão do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A Companhia possui empréstimos bancários que contêm cláusulas restritivas (“covenants”), que se não cumpridas, pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data de vencimento.

A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros e de amortização; (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Financiamentos	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Pós-fixada	335	935	3.964	13.187	18.421
Pré-fixada	89	176	762	82	1.109
Total	424	1.111	4.726	13.269	19.530

16.7 Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à re colocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A alta administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

16.8. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

16.8.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros	Nota	31/12/2019	31/12/2018	Hierarquia do
Títulos e valores mobiliários	5	8.174	12.833	Nível 2

17. LUCRO POR AÇÃO

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	13.205	17.635
Quantidade de ações ordinárias	34.895	34.895
Lucro por ação ordinária – básico e diluído	0,37842	0,50537

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2019	2018
Remuneração do ativo de contrato de concessão	12.220	12.856
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	3.059	9.464
Operação e manutenção	13.080	12.204
Construção e indenização	(174)	9.534
Parcela variável	(326)	(233)
Outras receitas (a)	5.423	4.931
Receita operacional bruta	33.282	48.756
PIS e COFINS correntes	(2.035)	(1.875)
PIS e COFINS diferidos	688	(467)
Encargos setoriais - Cota para RGR, P&D e TFSEE	(2.053)	(1.809)
Deduções da receita	(3.400)	(4.151)
Receita operacional líquida	29.882	44.605

(a) Receitas de rede de fronteiras e Demais Instalações –DIT.

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis de IRPJ e CSLL	2019	2018
Receita operacional bruta	33.282	48.756
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	(132)	(18.189)
Receita operacional bruta tributável	33.150	30.567

19. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	31/12/2019	31/12/2018
-Remuneração direta	(55)	(46)
-Benefícios	(15)	(20)
-FGTS e INSS	(48)	(16)
Pessoal	(118)	(82)
-Custo de construção	157	(8.650)
-O&M	(817)	(703)
-Outros	(32)	(65)
Materiais	(692)	(9.418)
Serviços de terceiros	(6.820)	(6.268)
Depreciação e amortização	(1)	(1)
Outros custos e despesas operacionais	69	24

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

	31/12/2019	31/12/2018
Total custos e despesas	(7.562)	(15.745)

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e das despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos com serviços de terceiros: custos com operação, manutenção, compartilhamento de instalações, comunicação multimídia e serviços de engenharia.

Custos com materiais: custos relacionados aos reforços em fase de construção.

Despesas com serviços de terceiros: referem-se basicamente às despesas com consultorias, serviços gráficos, comunicação e auditoria.

Outras custos e despesas operacionais: Custos com aluguéis, combustível, seguros e reembolso de custos; e despesas com taxas, condomínios, aluguéis e patrocínios.

20. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2019	2018
Renda de aplicação financeira	594	723
Receitas financeiras	594	723
Empréstimos e financiamentos		
- Juros incorridos	(1.598)	(1.250)
- Variação monetária	(243)	(356)
	(1.841)	(1.606)
Debêntures		
- Juros incorridos	(613)	(700)
Total das despesas financeiras atreladas às dívidas	(2.454)	(2.306)
Outras despesas financeiras, líquidas	(481)	(585)
Despesas Financeiras	(2.935)	(2.891)
	(2.341)	(2.168)

21. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Operação e manutenção dos ativos – A Companhia contratou a CEEE-GT e a Eletrosul para realização das atividades de operação e manutenção de suas instalações.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais – O empreendimento está regular com suas obrigações ambientais e devidamente licenciado (licença de operação vigente).

Licença ambiental			
Trecho	Licença de Operação n°	Data de emissão	Data de vencimento
Campos Novos/Santa Marta	452/2005	05/10/2007	02/12/2021

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Diretoria	
Nome	Cargo
Marco Antônio Resende Faria (Taesa)	Diretor Geral e Financeiro
Marcelo Dias Loichate	Diretor Técnico

Conselho de Administração	
Titulares	Suplentes
Fábio Antunes Fernandes (Taesa)	Marco Antônio Resende Faria (Taesa)
Jorge Paglioli Jobim (CEEE-GT)	Vagner Rinaldi (CEEE-GT)
Marcelo Dias Loichate (DME)	Miguel Gustavo Junqueira Franco (DME)

Wagner Rocha Dias
Contador CRC RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49